



Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura

Antônia Francisca Lima¹

Edvânia Gomes de Assis Silva²

Bruna de Freitas Iwata³

RESUMO: O presente artigo apresenta como objetivo geral elaborar uma revisão de literatura referente ao tema da agricultura, seu surgimento e evolução histórica no mundo, bem como, discutir os vários significados da agricultura familiar e sua importância para a produção e abastecimento brasileiro, à luz das teorias acadêmicas e dos investimentos governamentais, a partir da década de 1990. A metodologia empregada consistiu de levantamento bibliográfico. A pesquisa evidenciou que a agricultura familiar, apresenta uma diversidade de classificação, bem como ideias pré-concebidas, associando à produção de baixa renda, precária ou de subsistência, porém suas principais características residem na gestão da propriedade compartilhada pela família, atividade agropecuária como principal fonte geradora de renda e uma relação particular mantida pelo agricultor familiar com a terra, seu local de trabalho e moradia. Os dados mostraram que mais de 70% dos alimentos, que abastecem a população brasileira, advêm da agricultura familiar, sendo que metade dos estabelecimentos familiares, concentram-se na região Nordeste. Nesse cenário, destacam-se os programas governamentais voltados a esse público, principalmente os financiamentos das atividades produtivas.

Palavras-chave: Sistemas Agrários; Agricultura Familiar; PRONAF.

ABSTRACT: This article has as main objective to elaborate a literature review on the theme of agriculture, about its emergence and historical evolution in the world, as well as to discuss the various meanings of family agriculture and its importance for Brazilian production and supply in the light of theories academic and governmental investments, from the 1990s. The methodology used consisted of a bibliographic survey. The research showed that family farming presents a diversity of classification, as well as preconceived ideas, associating the production of low income, precarious or subsistence, but its main characteristics reside in the management of the property shared by the family, agricultural activity as main source of income and a particular relationship maintained by the family farmer with the land, his place of work and housing. The data showed that more than 70% of the food, which supplies the Brazilian population, comes from family farming, and half of the family establishments are concentrated in the northeast of Brazil. In this scenario, we should emphasize the importance of governmental programs aimed at this public, mainly the ones that are responsible for financing of productive activities.

KEYWORDS: Agrarian Systems; Family Farming; PRONAF.

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, campus ministro Petrônio Portela. E-mail-francisca.lima@ifpi.edu.br.

²Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail-edvania@ufpi.edu.br.

³Professora Doutora do Instituto Federal Piauí – IFPI, Departamento de Gestão Ambiental. E-mail- iwata@ifpi.edu.br.

INTRODUÇÃO

A agricultura compreende a atividade econômica responsável pela produção de alimentos que ao longo da história da humanidade ocupou as terras férteis de vales de rios e posteriormente, desenvolveu técnicas e procedimentos que tornaram os solos mais produtivos, buscando sempre uma maior produtividade. Com o advento da indústria e o fortalecimento das cidades, a agricultura tornou-se um setor dependente das inovações técnicas industriais e estabeleceu-se uma interdependência entre os setores. É a agricultura que gera o alimento consumido por toda a população, seja essa população rural ou urbana.

No Brasil, assim como no restante do mundo, as revoluções tecnológicas marcaram a evolução agrícola e acabam por demonstrar a existência de uma dualidade nesse setor, no qual, coexistem uma agricultura altamente mecanizada e avançada tecnologicamente, que dispõe de todo capital necessário à sua expansão e outra agricultura, que produz mais de 70% dos gêneros alimentícios consumidos pela população do país, como feijão, arroz, farinha, milho entre outros. Assim, a agricultura familiar convive com a escassez de recursos para novos investimentos em máquinas e equipamentos, sendo muitas vezes associada à agricultura de subsistência, de baixa renda ou precária.

Portanto, a partir dessas considerações, esse trabalho tem como objetivo uma revisão de literatura referente à agricultura mundial, suas técnicas e revoluções marcantes, bem como discutir no Brasil especificamente, a agricultura familiar e as várias conceituações que tem recebido a partir da década de 1990, tanto na literatura acadêmica, como nos organismos governamentais.

A relevância do tema decorre de dois fatores no que concerne conhecer para compreender o papel que a agricultura desempenha no seio da sociedade, bem como, identificar as principais características da agricultura familiar no Brasil, a partir de sua contribuição no abastecimento interno das necessidades alimentares da população e na geração de emprego e renda.

Na primeira parte, buscou-se evidenciar o desenvolvimento e as transformações ocorridas na agricultura praticada pela humanidade, tanto no âmbito histórico como geográfico, por meio da teoria de sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2010). Já no segundo momento, embasado nas obras de Wanderley (1996, 2009) e Abramovay (1997, 2007) acerca dos vários sinônimos referentes à agricultura familiar, procurou-se desmistificar as conotações históricas, concebidas de um setor precário e atrasado. Para isso, a metodologia aplicada consistiu-se do levantamento bibliográfico referente à agricultura de forma generalizada e a agricultura familiar no caso brasileiro.

AGRICULTURA – ORIGEM E EVOLUÇÃO

Historicamente, os setores que englobam a economia dos países são classificados como setor primário, setor secundário e setor terciário. A agricultura encontra-se inserida no setor primário, que compreende as atividades agrícolas, pecuárias e extrativas.

De forma generalizada costuma-se definir a agricultura como o conjunto de técnicas utilizadas para cultivar plantas com o objetivo de obter alimentos, fibras, energia, matéria-prima para roupas, construções, medicamentos, ferramentas, etc. Sua origem remota ao período neolítico há mais de 10 mil anos, em algumas regiões pouco numerosas e relativamente pouco extensas do planeta. Embora datem seu início, há tempos bem remotos, convém lembrar que o homem surgiu há mais de 100 mil anos. Foi nesse período histórico que ocorreu a evolução da pedra lascada para a pedra polida, bem como, o surgimento da cerâmica (MAZOYER ; ROUDART, 2010).

Segundo os autores Mazoyer e Roudart (2010), a agricultura tem início a partir da autotransformação de alguns dos sistemas de predação muito variados que reinavam então, no mundo habitado. Essas primeiras formas de agricultura eram certamente praticadas perto de moradias e aluviões das vazantes dos rios, ou seja, terras já fertilizadas que não exigiam serem desmatadas.

É somente após a passagem de nômade à sedentário, que foi possível para a humanidade desenvolver essa atividade econômica. Porém, durante toda a sua existência, o homem sempre retirou da natureza a sua sobrevivência, inicialmente através da coleta, caça e pesca, até que ocorresse a consolidação da prática agrícola, estas foram as principais formas de manutenção da vida humana.

A agricultura, enquanto prática de sobrevivência da sociedade, surge quando algumas condições se materializam no seio dessa sociedade tais como: mudança no modelo de consumo alimentar, novos instrumentos de trabalhos para coleta e armazenagem. Neste último caso, ocorre a sedentariedade humana.

Para Mazoyer e Roudart (2010), cada região do planeta, em função das condições climáticas, inicialmente se adaptou a determinados tipos de cultivos. Nas regiões áridas, ocorreram sistemas agrários hidráulicos, cultivos de inundação ou cultivos irrigados e constituíram-se desde o fim da época neolítica na Mesopotâmia, nos vales do Nilo e do Hindu, nos oásis e nos vales do império Inca.

Já nas regiões tropicais, sistemas hidráulicos de outro tipo, baseados na rizicultura aquática, desenvolveram-se por etapas sucessivas, reestruturando primeiro os espaços mais regados e drenados (planícies e interflúvios), em seguida, os espaços acidentados (montante dos vales), ou de difícil proteção e drenagem

(jusante dos vales e deltas), ou, ainda, espaços que exigiam irrigação. Ao mesmo tempo, as ferramentas e os equipamentos foram aperfeiçoados e o número de colheitas aumentou a cada ano.

Por fim, nas regiões intertropicais com pluviometria intermediária, o desmatamento levou à formação de sistemas de savanas muito variados: sistemas de cultivo temporários com uso da enxada e sem criação animal, como os sistemas da região dos planaltos congolezes; sistemas de cultivo com pastagem e criação animal, como os sistemas das regiões de altitude do leste africano e diversos sistemas sahelianos, com parque arborizado com *Acácia álvida*.

A partir de centros iniciais de erradiação da agricultura, como o Oriente Médio, América Central e China, o mundo conhece os avanços das técnicas na produção agrícola, surgindo um aumento significativo da produção. O desenvolvimento desse novo modo de vida sedentário foi condicionado por toda uma série de inovações que permitiram explorar e utilizar mais intensamente os novos recursos. As foices formadas por lâminas de pedra talhada e as foices dentadas permitiam colher em poucas horas grãos suficientes para alimentar uma família inteira (MIGUEL, 2009).

Ressalta-se que inicialmente, os instrumentos de trabalho utilizados na prática agrícola, não haviam sido criados especificamente para esse fim, tais quais: foices, moinhos e peças de cerâmicas para armazenamento. Continuamente com o desenvolvimento de novos instrumentos de trabalho, a agricultura se destaca na geração de alimentos e manutenção das sociedades, juntamente com o uso de animais de tração incorporados ao processo produtivo.

Foi no período neolítico que ocorreu a domesticação de animais. A distribuição desses animais pelo globo, assim como, os cultivos agrícolas estiveram condicionados a fatores climáticos entre outros. Os sistemas agrários que surgiram eram classificados em sistemas pastorais e de cultivo de derrubada-queimada.

Cada sistema mencionado se estendeu por regiões do planeta em função das vegetações e climas apresentados. Os sistemas agrários de cultivo de derrubada-queimada com o aumento populacional ocasionaram desmatamento e posteriormente, desertificação (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Depois do surgimento das primeiras áreas de erradiação da agricultura, esta atividade econômica se expandiu para outras regiões mais extensas e distantes como: Europa, África, Oeste da Ásia, partes norte e sul da América e posteriormente, para o Pacífico. Os cultivos desenvolvidos, tanto nas áreas iniciais, como nas extensões surgidas, se diferenciavam no tocante aos cereais cultivados, principalmente em função da dinâmica climática.

Com o desenvolvimento da agricultura mediante o avanço das técnicas, passou

a ocorrer uma maior fixação das populações a determinados locais, que culminou com o aumento populacional acelerado, ocasionando uma maior demanda por terras objetivando a produção de cereais para alimentar a humanidade. Mudanças nos hábitos alimentares acabaram por gerar uma crise no sistema agrícola que mostrava sua capacidade deficitária para a produção de alimentos. As respostas aos problemas surgem em formas de guerras entre as comunidades ou famílias e as migrações populacionais (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989).

Para Oliveira Júnior (1989), há o desenvolvimento de dois sistemas de cultivos: sistema agrário de floresta (rotação de culturas) e o sistema agrário com pousio criação e tração animal. O primeiro, resultou das migrações populacionais do Oriente Médio que se estabeleceram nas regiões subtropicais da África, Mediterrâneo e regiões temperadas da África. Novas ferramentas surgem como o machado, foices de pedra e a ampliação das áreas derrubadas e queimadas com aumento das áreas cultivadas que resultaram nas savanas, desertificação e erosão dos solos. Já o segundo sistema, surgiu por volta do ano 1.000 a. C. e permaneceu até o século XIX. Nesse sistema, o homem já possuía instrumentos de trabalho para lavrar a terra. Com o surgimento das relações de trocas e divisão social do trabalho, na medida em que parte dos trabalhadores passa a produzir instrumentos agrícolas como pá e arado.

É no sistema agrário com pousio, criação e tração animal que, ocorre o desenvolvimento dos transportes e a produção quadruplica em função tanto dos rendimentos das culturas, como do aumento das áreas cultivadas. Destaque para o aumento dos alimentos produzidos para os animais como feno (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989).

Nesse período, as mudanças no sistema de produção do feudalismo para o capitalismo fizeram emergir uma ampliada divisão social do trabalho agrícola como meeiros, arrendatários, assalariados agrícolas e senhores feudais.

O advento de novos equipamentos usados nas práticas agrícolas ocasionou um aumento da produção de alimentos que gerou crescimento populacional. Contraditoriamente passou a ocorrer uma insuficiência de alimentos para todos e nova crise na produção agrícola, que ocasionou aumento da pobreza, fome e desnutrição surgindo epidemias e doenças como a peste negra em 1340, permanecendo pelos séculos XVII e XVIII. As soluções apresentadas para resolver as crises eram amplas e envolviam todos os agentes da sociedade, contavam com um aumento do espaço agrícola, progresso das forças produtivas, obras de drenagem e irrigação, melhoria das estradas e transportes até a descoberta de novas terras como América e Oceania e partes da África e Ásia (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989).

Com o avanço das técnicas agrícolas e uma divisão social do trabalho se diversificando, o comércio e a indústria começaram a lançar suas bases de sustentação, resultando num aumento do poder das vilas sobre o campo. Desse modo, as cidades se formaram a partir do avanço das técnicas de produção agrícola, que permitiu a formação de um excedente de produtos alimentares. A existência desse excedente cedeu espaço para que algumas pessoas pudessem dedicar-se a outras atividades não-agrícolas (SANTOS, 1988).

O aumento da produção agrícola ao longo dos tempos, que ocorreu em função das mudanças das formas de produzir e do advento de novos equipamentos e métodos de produção, foram as bases das revoluções na agricultura na era contemporânea, que contribuíram modificando a estrutura de produção até então conhecida com o acréscimo de novos equipamentos e mudanças no mundo do trabalho no que tange à divisão social do trabalho (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A Primeira Revolução Agrícola caracterizada pelo cultivo das terras de pouso surgiu no centro norte do continente Europeu no século XVIII e se estendeu até a primeira metade do século XX. Essa revolução foi notadamente marcada pelo desenvolvimento de novos equipamentos (ceifadeiras, debulhadoras e batedeiras), fertilização do solo com o uso de esterco e cultivo de leguminosas para alimentação animal visando uma seleção animal. Concomitantemente com o surgimento e fortalecimento do capitalismo, nova divisão social do trabalho resultado do início da indústria.

A Segunda Revolução Agrícola marca o processo de formação e consolidação da industrialização da agricultura, com o desenvolvimento das indústrias químicas e mecânicas na produção de insumos em massa, dependência cada vez menor da agricultura dos recursos locais e maior em relação aos avanços da indústria após a Primeira Guerra Mundial, que puderam ser percebidos com o melhor armazenamento e conservação dos produtos agrícolas e ampliação do mercado nacional e internacional.

Essas revoluções ocorreram de forma diferenciada pelo globo gerando as desigualdades regionais contemporâneas. Dessa forma, os sistemas agrícolas diversificados cedem lugar à agricultura especializada como as monoculturas, nas quais predominam as vantagens físicas (fertilidade natural do solo) e econômicas (maquinário). Nesse novo cenário, a agricultura passa a depender dos insumos, máquinas, equipamentos e comercialização gerados pela indústria (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989).

Nessa conjuntura que se estabelece tomando como referência as revoluções agrícolas, principalmente no que concerne a forma como cada sociedade se

apropriou das técnicas, foram lançadas as bases do sistema colonial que passou a vigorar no mundo após a descoberta de novas terras na América, África, Ásia e Oceania. A expansão do capital, principalmente europeu, buscou novos mercados para os produtos da manufatura e mais tarde indústria, causando o desmantelamento do sistema de produção agrícola autossuficiente das colônias.

Nas antigas colônias foram implantados os *plantations* que apresentavam como principais características a mão de obra escrava, monocultura, produção voltada para o mercado externo e uso de grandes propriedades (latifúndios). Esta estrutura apresentada se mantém até os dias atuais, exceção feita à mão de obra de escrava.

Conforme observam Mazoyer e Roudart (2010, p.250), ao estudar o processo de colonização do império inca pelos conquistadores europeus.

Diferentemente das especializações agrícolas regionais do sistema inca, que eram apenas parciais e participavam do equilíbrio agroalimentar do país, as novas especializações regionais assumiram, na maioria das vezes, a forma de monoproduções agroexportadoras tão extensas quanto possíveis, contribuindo para o abastecimento agroalimentar dos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, e conseqüentemente, reduzindo o espaço de subsistência dos camponeses indígenas.

No cenário da colonização, foram criadas as bases de uma economia entre regiões desiguais com uma nova divisão social do trabalho entre nações, na qual, os países colonizadores intensificaram a produção industrial e os colonizados, a de produtos primários, especialmente os produtos agrícolas que persistem até a atualidade.

Desse modo, compreender como surgiu e se fortaleceu o setor agrícola ao longo da história, conhecendo suas nuances e obstáculos superados, permite visualizar um projeto futuro para que esse ramo da economia alavanque o desenvolvimento de países com base primária, possibilitando aos mesmos, alçar um patamar de melhoria de qualidade de vida no seio de sua nação. Nesse ínterim, é necessário entender o fortalecimento de um segmento da agricultura voltada a atender a um público alvo bem específico, compreendida nesse trabalho como agricultura familiar e seus componentes os agricultores familiares.

AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E DISCUSSÃO

Historicamente, o homem passou de um meio natural para um meio técnico e após a década de 1970 chega-se ao meio técnico-científico-informacional, onde se faz cada vez mais latente o papel das ciências enquanto mola do crescimento da humanidade (SANTOS, 2006).

Nessa nova etapa histórica, chama a atenção os grandes investimentos feitos em pesquisa e na evolução do processo industrial como forma de ampliação da produtividade e dos lucros para o sistema capitalista. Do mesmo modo, o setor agrícola que esteve presente na origem de todas as sociedades se modernizou e levou ao surgimento de dois tipos de agriculturas nos países em desenvolvimento. Uma altamente mecanizada voltada para o mercado externo, e, outra bastante heterogênea e diversificada, oriunda do campesinato, na qual se insere a agricultura familiar.

Embora existam diferentes opiniões sobre o conceito e a importância da agricultura familiar, as concepções mais conhecidas partem do pressuposto que neste tipo de produção agrícola a propriedade das terras e trabalho estão intimamente ligados, visando garantir o sustento da família mediante a produtividade da terra (LAMARCHE, 1997).

Para Chayanov (1974) a diferença entre a empresa capitalista e a produção familiar reside na evidência de que, enquanto a primeira explora o trabalho assalariado, como meio para maximizar seus lucros, a produção familiar objetiva principalmente atender as necessidades e a reprodução da família.

Ainda, Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (2018, p.10, tradução nossa), a agricultura familiar pode ser definida como:

Um modo de produção agrícola, silvicultura, pesca, pecuária e aquicultura que administra e opera para uma família e que depende predominantemente de trabalho familiar, incluindo homens e mulheres. A família e exploração estão ligados, eles evoluem juntos e eles combinam funções econômicas, ambiental, social e cultural⁴.

Assim a importância da agricultura familiar estar na capacidade de promover a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a mitigação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais. Nesse sentido podendo ser definido como uma forma de vida.

Corroborando com o conceito da FAO, Ploeg (2014), destaca que a agricultura familiar representa uma forma pela qual as pessoas cultivam e convivem, ou seja, a realidade dessa forma de produção vai além dos dois principais aspectos comumente usados para descrevê-las: família como proprietária das terras e trabalho realizados por seus membros.

No entanto, Wanderley (1996) chama a atenção para estas duas últimas

⁴Un modo de producción agrícola, forestal, pesquera, ganadera y acuícola que se administra y opera por una familia y que depende predominantemente de la mano de obra familiar, incluidos hombres y mujeres. La familia y la explotación están vinculadas, evolucionan conjuntamente y compaginan funciones económicas, ambientales, sociales y culturales.

características citadas por Ploeg, visto que “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção trabalho, tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” de modo a evitar uma definição da categoria agricultura familiar de forma genérica.

Outro fator a se considerar em relação à agricultura familiar diz respeito aos vários sinônimos que a mesma pode receber, como pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e até mesmo o termo camponês (DENARDI, 2001). Percebendo assim, o quanto torna difícil estabelecer um conceito para essa categoria de trabalhadores. Deste modo, é mister destacar algumas distinções entre estes conceitos associados à agricultura familiar.

CAMPESINATO E PEQUENA PRODUÇÃO NO CAPITALISMO

O espaço rural brasileiro é bastante heterogêneo, levando muitas vezes a interpretação de um camponês pejorativo que o habita, um personagem responsável por sua própria miséria e isolamento (WANDERLEY, 2009), bem diferente daquele camponês europeu, ou da forma de campesinato estabelecido na Europa. A agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar, porém tem particularidades no que dizem respeito aos objetivos econômicos e sociais de acordo com a autora supracitada.

Já para os clássicos marxistas o camponês é uma categoria a entrar em extinção visto que não vende sua força de trabalho e nem vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Para essa corrente de pensamento o campesinato só sobreviverá ao avanço do capitalismo se o camponês transformar-se-á em agricultor familiar, assim Lênin (1980, p.18) ao estudar a formação do capitalismo nos Estados Unidos e Rússia, destaca que o trabalho familiar não existe no campesinato, pois:

A expressão fundada no trabalho familiar é um termo vazio, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia, beneficiando apenas a burguesia. Essa expressão induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não existência de trabalho assalariado.

Assim, de acordo com o supracitado autor, o capitalismo usa todos os recursos necessários para crescer e desenvolver seus objetivos na agricultura, abarcando deste modo as outras formas de produção e nessa forma de produção o camponês está sujeito ao mercado tanto no que tange ao consumo pessoal quanto para desenvolver suas atividades.

Para Abramovay (2007) o trabalho e vida do camponês vão além da produção

para sobrevivência e se estabelece como um modo de vida, visto que a família e a comunidade dão sentido às atividades camponesas, assim a terra também não é apenas um simples fator de produção, pois forma uma unidade indissociável da existência da categoria, levando à agricultura camponesa a construir-se a partir de valores familiares que envolvem uma reciprocidade.

Enquanto Felício (2006, p.15), enfatiza que o camponês só pode ser agricultor familiar, visto que:

O conceito de agricultura familiar está presente desde a origem do campesinato, sendo responsável por explicar que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Nessa definição a centralidade do poder familiar reside na gestão da produção, na formação do modo de vida e no acesso às terras constituem essa categoria social. A terra entendida como meio de produção para a agricultura familiar, visualizada na pequena propriedade que usando mão de obra familiar garante apenas o abastecimento familiar.

Quanto à origem da pequena propriedade e pequena produção no Brasil, Silva (1984, p.9), ressalta:

O latifúndio escravista era o eixo de atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: Os senhores e os escravos. Mas em torno deles havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros livres, que não eram escravos, de índios e de mestiços, e desempenhavam uma série de atividades.[...]. Outros ainda eram agricultores, ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos.

Deste modo, percebe-se a origem da pequena propriedade e da pequena produção como uma necessidade complementar dos grandes latifúndios, que a época escravocrata era praticada por agricultores que nem eram senhores nem escravos, visto que nos latifúndios a produção estava direcionada para o mercado externo, e, não a atender as necessidades alimentares da colônia.

Há de salientar que a pequena propriedade, assim como pequena produção sempre sofreram críticas em função do tamanho da escala produtiva sobre a qual se organizava, sendo considerada incompatível com o modelo capitalista de exploração

da agricultura (LÊNIN, 1982; LIPIEZ, 1988). Note-se que nessa argumentação não há uma percepção do aumento da produtividade, ou seja, não acreditava na capacidade da pequena produção assimilar os avanços técnicos, organizacionais e econômicos a disposição dos capitalistas que facilitariam sua integração com a indústria (MALAGODI, 2017).

Notadamente Sorj (1986), enfatiza que a penetração do modo de produção capitalista não levou à extinção das pequenas propriedades, ao contrário elas passaram por transformações favorecendo o surgimento de uma agricultura altamente capitalizada. Outro fator a ser considerado é que como consequência da existência dessas unidades de produção, emerge um exército industrial de reserva para a grande produção agrícola forçando para baixo os preços da mão de obra (KAUTSKY, 1986; SILVA, 1984).

Nessas circunstâncias, Silva (2016) chama a atenção para a importância do camponês, da pequena propriedade e pequena produção como categorias que estão na gênese da agricultura familiar.

[...] o camponês é a matriz ancestral do agricultor familiar, por determinar que a natureza da exploração agrícola e a lógica do consumo se fundamentam na satisfação das necessidades do grupo doméstico e por defender o patrimônio natural como espaço de vida e de reprodução social.[...] a pequena propriedade, a pequena produção e o camponês são categorias elementares endógenas e complementares do universo simbólico haja vista invocarem um paralelismo recíproco que confere particularidades imanentes para a continuidade dessa atividade.

Deste modo, conclui-se que as categorias em discussão não podem ser separadas do agricultor familiar, visto que o trabalho em bases familiares estava presente na origem das sociedades. Embora seja subordinado à lógica capitalista o camponês e sua produção permanecem alicerçados em valores éticos, morais, culturais de identificação de uma categoria que permite sua permanência na sociedade por representarem um modo de vida, que conseguiu se adaptar e evitar sua extinção.

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Segundo dados da FAO (2018) cerca de 80% da produção mundial de alimentos provem da agricultura familiar, sendo responsável por uma ocupação de 85% das terras cultivadas da Ásia, 83% das Américas do Norte e Central, 68% do continente Europeu, 62% da África e 18% da América do Sul. Ainda destaca que no Brasil mais de 80% das explorações agrícolas são do tipo familiar, e, esse cenário brasileiro,

permite que o país se destaque como a 8ª maior produtora de alimentos no mundo nesse segmento (SEAD, 2018).

Assim a partir da década de 1990, as discussões sobre a agricultura familiar ganham destaque no cenário nacional brasileiro, acarretando a produção de diversos trabalhos acadêmicos especialmente na Geografia Agrária. Nessas publicações se confundem os conceitos de camponês e agricultor familiar.

Importante ressaltar que o debate acadêmico sobre o termo agricultura familiar é originário dos Estados Unidos da América e da Europa, conforme Navarro (2010 citado por SILVA, 2016, p. 60), pois ao analisar a colonização dos Estados Unidos em algumas regiões, observou-se a presença de colonos migrantes do velho continente denominados de “farmers”, agricultores que gradualmente se integraram ao mercado, especificamente após 1950 com os incentivos das políticas estatais que visavam modernizar as propriedades.

Fernandes (2001, p. 29) elucida que os teóricos da agricultura familiar defendem:

[...] que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal.

Para o autor supracitado, há de se entender a agricultura familiar e os agricultores familiares como empresas familiares, as quais possuem características comerciais de empresa, mas conservam ainda traços típicos de atividades familiares, sendo necessário compreender a existência do campesinato como resultado de conflitos pela terra, ou seja, essa categoria está subordinada ao capitalismo, mas tem a opção de lutar contra o capital para mudar seu futuro e evitar sua exclusão.

No viés acadêmico existem diversos trabalhos que visam estabelecer as diferenças e semelhanças entre camponês, agricultor familiar e pequeno agricultor e ainda se destacam trabalhos que caracterizam a agricultura familiar como um setor da produção agrícola de “baixa renda”, “pequena produção”, e até “agricultura de subsistência” (ABRAMOVAY, 1997). Todavia as discussões apresentavam como principais características da agricultura familiar uma gestão da propriedade compartilhada pela família e a atividade agropecuária como principal fonte geradora de renda.

O agricultor familiar possui uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia, e, esse tem sido um dos motivos que o levam a buscarem novas formas de produção que não agridam, nem destroam a natureza, valorizando o trabalho humano e contribuindo para o bem estar das populações do campo e das cidades (WANDERLEY, 2009). Aliado a este motivo ainda existe a produção diferenciada como forma de concorrer com a produção patronal alicerçada no agronegócio.

Abramovay (1992) ao discutir a agricultura familiar salienta que o campesinato encara seu processo de destruição no mercado capitalista, compreendendo uma categoria de camponês bem heterogênea, representada por posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários; enquanto Fernandes (2003) salienta que o mercado não foi o responsável pela recriação do campesinato, mas as lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais no processo de acesso à terra no Brasil.

Porém, mesmo se diversificando e integrando-se ao mercado a agricultura familiar muitas vezes continua de subsistência nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, Lamarche (1994 citado por WANDERLEY, 1996, p. 6) esclarece as distinções entre a produção camponesa e a de subsistência, enfocando que no primeiro caso busca-se um crescimento patrimonial, pois:

[...] conforme os objetivos a que se propõem os agricultores, para si mesmos e para suas famílias, e conforme, também, os contextos socioeconômicos locais e o respectivo nível de desenvolvimento, deve-se distinguir as unidades de produção camponesas de outras consideradas de subsistência. Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar.

Nessa perspectiva, o camponês não é um elemento inerte ao mercado, usa-o para gerar demandas e necessidades, não para o lucro; enquanto a produção de subsistência compreende situações que por motivos históricos e sociais diferentes, agricultores podem organizar sua produção, visando a sobrevivência imediata, não estando voltados para um planejamento futuro que culmine com um crescimento do patrimônio dessas famílias.

Já no campo jurídico, principalmente visando a auxiliar a política de crédito direcionada ao setor, a Lei nº 11.326 de julho de 2006, em seu artigo 3º definiu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público como:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e em-

preendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1o O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais [...] (BRASIL, 2006, p.1).

A lei acima citada foi criada visando fomentar a política de crédito destinada a este setor especialmente no que tange a sustentabilidade da continuidade do programa de reforma agrária por meio da expansão de assentamentos rurais que acabam por contribuir em última instância para a geração de emprego e renda no campo e, conseqüente, diminuição do êxodo rural. Além do público alvo já mencionado, a legislação pode englobar outros tipos de trabalhadores rurais para que os mesmos tenham acesso mais facilitado ao crédito rural.

Outra característica da agricultura familiar conforme a legislação em vigor refere-se à área do espaço físico ocupado pelo agricultor não podendo ser superior a quatro módulos fiscais, salienta-se que o módulo fiscal no país sofre variação de Estado para Estado.

Acerca da preocupação com a conceituação da agricultura familiar, bem como os diversos sinônimos que recebe pela literatura e pela legislação, o que mais chama a atenção nesse segmento, contrariando o julgamento prévio do desempenho econômico das atividades do setor que historicamente foi concebido como agricultura de baixa renda e subsistência, tem sido sua representatividade no cenário brasileiro (ABRAMOVAY, 1997). Relevância comprovada pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, mostrando que:

[...] 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deles está na Região Nordeste. [...] constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país. [...] produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além

de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país (MDA⁵, 2007, p.3).

Percebe-se, com base nas informações apresentadas, a importância econômica da agricultura familiar, ao se considerar sob três óticas, enquanto mecanismo de controle dos preços internos dos alimentos consumidos no país, quanto ao abastecimento do mercado interno e como uma forma relevante de ocupação da população na geração de emprego. Ressalte-se que essa visibilidade da agricultura familiar no país deveria alavancar a reforma agrária como meio de garantir sustentabilidade ao modelo de crescimento.

Os dados ainda mostram uma elevada concentração de agricultores familiares na região Nordeste do país, o que pode muitas vezes, ser confundido com a precariedade desse setor, conforme destaca (WANDERLEY, 1996, p. 9):

No Brasil, a construção de um espaço camponês se efetuou na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social, diferenciando-o, portanto, da estrutura europeia, antes considerada, capaz de fechar o círculo da subsistência.

Deste modo, independente dos sinônimos empregados, agricultor familiar, pequeno agricultor ou agricultor de subsistência, o que permanece nos conceitos e definições diz respeito às diferenciações da agricultura familiar brasileira e a ocorrência da mesma, em outros países. É mister, destacar que nas regiões brasileiras com elevadas populações e recursos escassos, como a nordestina, ela emerge não somente como uma forma de garantia alimentar, mas como uma forma de geração de emprego.

O Decreto - lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996 criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) objetivando estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Embora o volume de financiamentos do PRONAF seja bastante significativo, ele ainda não conseguiu eliminar as disparidades regionais no setor agropecuário, como bem elucida Couto (2011, p.24):

Dados do IBGE revelam também que metade dos agricultores familiares concentra-se no Nordeste brasileiro. Essa forte concentração nunca mereceu, de nenhum governo, política agrário-agrícola que correspondesse à re-

⁵Ministério do Desenvolvimento Agrário.

apresentação numérica desses agricultores. Ao contrário, no caso do crédito do Pronaf, os últimos dez anos mostraram um aumento da desigualdade interregional.

Portanto, é dentro deste parâmetro, o do financiamento governamental, que tem se definido e estudado esse setor, a partir da década de 1990 no Brasil. Uma vez que a agricultura familiar vem se destacando, tanto no que tange à produção voltada para o mercado interno, como na geração de emprego para regiões como a nordestina, mesmo diante da ampliação das desigualdades. São essas mudanças advindas de uma maior dinamização da agricultura familiar no meio rural que tem contribuído para o desenvolvimento rural de algumas regiões nestes espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendermos a história da humanidade é necessário que entendamos a evolução histórica da agricultura, pois somente a partir do domínio das técnicas agrícolas, o homem pode deixar de ser nômade e tornar-se sedentário, levando a uma evolução das práticas agrícolas e por consequência, a aumentos populacionais, culminando com a expansão das ocupações humanas pelo planeta.

Nesse sentido, é fundamental distinguir a agricultura como ela é efetivamente praticada e como pode ser observada, constituindo-se, assim, em um objeto real de conhecimento. Para compreender o processo de evolução agrícola no mundo, fez-se necessário, adotar um sistema de observação que tomou como referencial os sistemas agrários, pois a análise perpassa a um enfoque sistêmico, que incorpora as interações entre o agricultor e sua família, os recursos naturais físicos e biológicos necessários à produção e as técnicas utilizadas para sua transformação.

As revoluções que ocorreram na história da agricultura, se processaram de forma diferenciada pelo globo gerando as desigualdades regionais contemporâneas. Dessa forma, os sistemas agrícolas diversificados cederam lugar à agricultura especializada, como as monoculturas, nas quais predominam as vantagens físicas (fertilidade natural do solo) e econômicas (maquinário). No entanto, as formas mais tradicionais de agricultura continuaram a subsistir e resistir dentro do sistema capitalista. É nesse sentido, que a agricultura familiar se fortaleceu por diversas regiões do globo.

No caso brasileiro, a agricultura familiar passa a ser bastante debatida no meio acadêmico a partir da década de 1990. Muitas vezes sendo associada à agricultura de subsistência, de baixa renda ou agricultura camponesa. Mas de fato, o que caracteriza esse setor é uma gestão da propriedade compartilhada pela família e a atividade agropecuária como principal fonte geradora de renda. O agricultor familiar ainda possui uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia.

Foi somente com a criação de programas de financiamento como o PRONAF,

que a agricultura familiar passou a receber maior atenção de outros setores da sociedade, especificamente, o setor público, que definiu o setor e suas políticas de fortalecimento, no entanto, apesar da atenção ao setor dos agricultores familiares e de sua representatividade no cenário brasileiro, na geração de emprego e na participação do produto interno, no tocante ao destino da produção, pouco se tem realizado para seu dinamismo na economia do país, especificamente em regiões que carecem de maiores investimentos, em função do número de agricultores ocupados, como o Nordeste.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p.73-78, abr./jun.1997.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Seção 1, p.1, 2006.

BRASIL. Decreto - lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Seção 1, p. 11854, 1996.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COUTO, V. A. **Agronegócio & agriculturas familiares: crítica do discurso Único para dois brasis**. Salvador: UFBA, 2013.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.3, p.56-62, jul./set.2001.

FAO. Food and Agricultural Organization. **El trabajo de la FAO en la Agricultura Familiar: Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS**. Nova York, Estados Unidos: FAO, 2018. Disponível

em: < <http://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf>>. Acesso em: 10 set.2018.
FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Campo-Território**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

_____. **Reforma Agrária no governo Lula: a esperança**. Presidente Prudente: NERA, 2003.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Uma realidade multiforme. v.1, 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Editora Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e Camponesa? *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. v., capítulo, p.40-62.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília; São Paulo: Nead/MDA; Ed. Unesp, 2010.

MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 133-147. (Série EAD/UFRGS).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2007. Disponível em <http://>

www.pronaf.gov.br/. Acesso em 14 de outubro de 2017.

OLIVEIRA JÚNIOR, P. H. B. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.

PLOEG, J. D.V. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 1, n. Extra, p. 7-14, fev. 2014.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, A. J. **Agricultura familiar e a territorialização / desterritorialização/ reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense: hibridismo sociocultural marginal em Uruçui**. 2016.325f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. *In*: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20º, 1996, Caxambu/MG. **Anais**. Caxambu/MG. 1996.

_____. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Agriculturas**. [s.l:s.n], v.especial, p.33-46, 2009. Disponível em: <http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=238382&a_id=211&a_seq=o>. Acesso em: 12 abr.2018.